



PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRIÊNIO DE 2022 A 2025

EMENDA Nº 42

ANEXO II – Demonstrativo dos Programas e Ações dos Poderes Executivo e Legislativo

FINALIDADE: Inclusão de Ação do Anexo IV do PPA

CAMPOS DE PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO

Nome do Programa: Compromisso com as pessoas					Ação: Renda Complementar				
Descrição: Programa Municipal de Renda Complementar permanente para a população de Porto Alegre que vive abaixo da linha da pobreza									
Finalidade: O pagamento de uma renda de R\$ 200,00 (duzentos reais) para indivíduos que vivem abaixo da linha da pobreza em Porto Alegre com renda mensal per capita de até R\$ 443,00 (quatrocentos e quarenta e três reais)									
1) Produto: O pagamento de renda de R\$ 200,00 (duzentos reais) para 133.000 (cento e trinta e três mil) indivíduos com renda mensal per capita de até R\$ 443,00 (quatrocentos e quarenta e três reais)					Unidade de Medida: Percentual				
Metas:	2022	2023	2024	2025					
	25%	50%	75%	100%					
2) Produto: digite aqui					Unidade de Medida: digite aqui				
Metas:	2022	2023	2024	2025					
3) Produto: digite aqui					Unidade de Medida: digite aqui				

Metas:	2022	2023	2024	2025
4) Produto: digite aqui			Unidade de Medida: digite aqui	
Metas:	2022	2023	2024	2025
5) Produto: digite aqui			Unidade de Medida: digite aqui	
Metas:	2022	2023	2024	2025
6) Produto: digite aqui			Unidade de Medida: digite aqui	
Metas:	2022	2023	2024	2025
7) Produto: digite aqui			Unidade de Medida: digite aqui	
Metas:	2022	2023	2024	2025
8) Produto: digite aqui			Unidade de Medida: digite aqui	
Metas:	2022	2023	2024	2025

DIGITE O VALOR A SER ALOCADO NO GRUPO DE DESPESA, OBSERVADO O ANO CORRESPONDENTE				
	2022	2023	2024	2025
Despesas Correntes	79.800.000	159.600.000	239.400.000	319.200.000
Despesas de Capital	000.000.000	000.000.000	000.000.000	000.000.000
Total:	79.800.000	159.600.000	239.400.000	319.200.000

1- ORIGEM DOS RECURSOS:

Nome do Programa: Eficiência da Máquina Pública		Ação: 3545 Publicidade		
DIGITE SOMENTE O VALOR A SER RETIRADO NO GRUPO DE DESPESA, OBSERVADO O ANO CORRESPONDENTE				
	2022	2023	2024	2025
Despesas Correntes	22.505.371	23.286.218	24.032.301	24.799.794
Despesas de Capital	000.000.000	000.000.000	000.000.000	000.000.000
Total:	22.505.371	23.286.218	24.032.301	24.799.794

2- ORIGEM DOS RECURSOS:

Nome do Programa: Eficiência da Máquina Pública		Ação: 3382 Tecnologia da Informação, Comunicações e Geoprocessamento		
DIGITE SOMENTE O VALOR A SER RETIRADO NO GRUPO DE DESPESA, OBSERVADO O ANO CORRESPONDENTE				
	2022	2023	2024	2025
Despesas Correntes	57.294.629	62.313.415	66.398.822	75.518.456
Despesas de Capital	000.000.000	000.000.000	000.000.000	000.000.000
Total:	57.294.629	62.313.415	66.398.822	75.518.456

3- ORIGEM DOS RECURSOS:

Nome do Programa: Reservas		Ação: 3932 Reservas		
DIGITE SOMENTE O VALOR A SER RETIRADO NO GRUPO DE DESPESA, OBSERVADO O ANO CORRESPONDENTE				
	2022	2023	2024	2025
Despesas Correntes	000.000.000	74.000.367	148.968.877	000.000.000
Despesas de Capital	000.000.000	000.000.000	000.000.000	000.000.000
Total:	000.000.000	74.000.367	148.968.877	218.881.750

4- ORIGEM DOS RECURSOS:

Nome do Programa: digite o nome do programa		Ação: 0000 digite o nome da Ação		
DIGITE SOMENTE O VALOR A SER RETIRADO NO GRUPO DE DESPESA, OBSERVADO O ANO CORRESPONDENTE				
	2022	2023	2024	2025
Despesas Correntes	000.000.000	000.000.000	000.000.000	000.000.000
Despesas de Capital	000.000.000	000.000.000	000.000.000	000.000.000
Total:	000.000.000	000.000.000	000.000.000	000.000.000

5- ORIGEM DOS RECURSOS:

Nome do Programa: digite o nome do programa		Ação: 0000 digite o nome da Ação		
DIGITE SOMENTE O VALOR A SER RETIRADO NO GRUPO DE DESPESA, OBSERVADO O ANO CORRESPONDENTE				
	2022	2023	2024	2025
Despesas Correntes	000.000.000	000.000.000	000.000.000	000.000.000
Despesas de Capital	000.000.000	000.000.000	000.000.000	000.000.000
Total:	000.000.000	000.000.000	000.000.000	000.000.000

6- ORIGEM DOS RECURSOS:

Nome do Programa: digite o nome do programa		Ação: 0000 digite o nome da Ação		
DIGITE SOMENTE O VALOR A SER RETIRADO NO GRUPO DE DESPESA, OBSERVADO O ANO CORRESPONDENTE				
	2022	2023	2024	2025
Despesas Correntes	000.000.000	000.000.000	000.000.000	000.000.000
Despesas de Capital	000.000.000	000.000.000	000.000.000	000.000.000
Total:	000.000.000	000.000.000	000.000.000	000.000.000

JUSTIFICATIVA: A experiência do auxílio emergencial a nível nacional e municipal mostrou que é urgente a discussão de programas de transferência de renda mais robustos. Vivemos em um contexto de crise e estagnação econômica que já dura quase 7 (sete) anos, com a criação de novos empregos com salários inferiores e um alto nível de instabilidade, como os trabalhos derivados de aplicativos de entrega e de transporte de passageiros.

O auxílio emergencial melhorou o desempenho do PIB de 2020, em meio à pandemia da Covid-19. Segundo estimativas do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da FEA-USP, sem o auxílio emergencial teríamos tido uma retração do PIB de até 14,8% no ano de 2020, um número muito maior do que a provável retração de 4,5% que teremos. Já em levantamento feito pela Folha de São Paulo, verificou-se que “entre as 500 (quinhentas) cidades com melhor desempenho no mercado formal de trabalho de março a novembro, 357 (trezentos e cinquenta e sete) têm mais beneficiários do programa do que a média nacional. O número representa 71,4% dos municípios que ficaram no topo do ranking do emprego na pandemia”. Mostrando que este tipo de programa gera ótimos resultados em emprego (formal) e renda. Por fim, a urgência do tema pode ser verificada a partir de dados do Datafolha. Segundo o instituto, em pesquisa realizada entre 20 e 21 de janeiro, 7 (sete) em cada 10 (dez) beneficiários não encontraram fonte de renda para substituir o auxílio emergencial.

Mesmo o Rio Grande do Sul sendo o terceiro estado com menos desigualdade no país (índice de Gini de 0,54, atrás de Santa Catarina, 0,49, e Paraná, 0,53), Porto Alegre tem uma desigualdade consideravelmente maior, um grande problema em nossa realidade, e deve ser combatida por via de políticas públicas específicas, tal como a indicada aqui.

Segundo o Atlas Brasil da PNUD, Porto Alegre apresentou um Coeficiente de Gini de 0,60 para o ano de 2010, uma cidade que apresenta exatamente a média brasileira de desigualdade (0,60) e é mais desigual do que o Rio Grande do Sul (0,54). Porto Alegre também é a capital mais desigual do Sul, acima dos 0,54 de Florianópolis e o 0,55 de Curitiba.

Em Porto Alegre, os 10% mais ricos se apropriaram de 47,74% de toda a renda que circulou na cidade, enquanto que os 20% mais pobres se apropriaram de apenas 2,52% desta renda – ambos para o ano do Censo de 2010.

Para o ano de 2019, podemos ver que Porto Alegre foi a nona capital com a menor quantidade de pessoas que vivem abaixo da linha da extrema pobreza, com 2,1% da população vivendo com menos de R\$ 153,00 (cento e cinquenta e três reais) per capita mensal – abaixo dos 6,5% para todo o território nacional. Para chegar à linha de extrema pobreza utilizamos o valor per capita de US\$ 1,90 dólar à paridade de poder de compra de 2011 (PPC 2011) calculado pelo IBGE. Para o Brasil isto equivale a uma renda mensal per capita de R\$ 151,00 (cento e cinquenta e um reais), enquanto que para Porto Alegre o valor é de R\$ 153,00 (cento e cinquenta e três reais). Já em relação a pessoas abaixo da linha da pobreza (US\$ 5,5 à PPC 2011), no qual o valor per capita mensal em reais para Porto Alegre é de R\$ 443,00 (quatrocentos e quarenta e três reais), a capital gaúcha tem a terceira menor proporção do país, 9%. No Brasil esta proporção é de 24,7%.

Em números absolutos para o ano de 2019, temos em Porto Alegre 32 mil indivíduos vivendo abaixo da linha da extrema pobreza e 133 mil indivíduos abaixo da linha da pobreza. No Brasil este número é de 13,7 milhões de pessoas abaixo da linha da extrema pobreza e 51,742 milhões abaixo da linha da pobreza.

Em média, segundo dados do IBGE, os indivíduos que vivem abaixo da linha da pobreza no município têm renda mensal de R\$ 259,40 (duzentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos) per capita, o que se somaria os R\$ 200,00 (duzentos reais) que serão propostos aqui. Sabemos dos limites deste programa e dos conceitos apresentados aqui (pobreza e extrema pobreza), mas pelos dados do IBGE, com este programa, resolveremos uma primeira questão: a eliminação total da extrema pobreza na cidade (R\$ 143 per capita), o que é um primeiro passo imprescindível para dar dignidade aos trabalhadores e trabalhadoras de Porto Alegre e a um custo plausível para as contas municipais.

Neste sentido, dados os desafios que vivemos na atual conjuntura, cujos impactos da pandemia de COVID-19 se expressam em todas as dimensões da vida social e, considerando os limites presentes no âmbito municipal, sugerimos o pagamento de uma renda de R\$ 200,00 (duzentos reais) para cada um dos 133.000 (cento e trinta e três mil) indivíduos que vivem abaixo da linha da pobreza em Porto Alegre com renda mensal per capita de até R\$ 443,00 (quatrocentos e quarenta e três reais). Isto equivaleria a um montante de R\$ 319.200.000,00 (trezentos e dezenove milhões e duzentos mil reais) em transferências de renda – sem os eventuais custos administrativos que seriam absorvidos por uma estrutura já existente da Prefeitura. Este montante equivaleria a 5,07% das receitas correntes líquidas do município no ano de 2019. Este benefício não impactaria na contabilidade de outros benefícios assistenciais e programas de transferência de renda (como BPC e Bolsa Família), tendo caráter complementar.

As receitas totais do município de Porto Alegre subiram a um ritmo de 7,3% ao ano de 2015 a 2020, sendo este último ano mesmo com pandemia tendo crescido 12,3%, segundo cálculos a partir dos dados do Portal da Transparência da capital. Considerando que este programa custaria 5,07% das RCL, no orçamento de um ano para o outro não haveria problemas para a sua implementação.

Além disto, é importante frisar que parte deste dinheiro retornaria aos cofres públicos municipais via tri-

butação do consumo. Supondo que toda a renda extra será consumida em bens e serviços, aplicando a proporção da receita tributária por base de incidência e nível de governo calculado pela Receita Federal ao total, com um parâmetro de 1,25% para a tributação municipal, teremos um retorno aos cofres municipais de R\$ 3.990.000,00 (três milhões e novecentos e noventa mil reais) anualmente, isto apenas de forma direta – sem considerar as receitas advindas da cota-parte do ICMS e pelo efeito multiplicador do PIB. Diminuindo o custo efetivo do programa.

Data do recebimento:

/ /

Nome e assinatura do Vereador:

Matheus Pereira Gomes